

O ABSTRATO E O CONCRETO NA NOÇÃO DE VALOR EM MARX, SMITH E RICARDO.

Viviane Bonfim Fernandes¹

RESUMO: O problema é identificar por que as categorias de *abstrato* e *concreto* em Marx são diferentes das categorias da Economia Política Clássica. O texto buscará esclarecer as diferenças entre os conceitos em Marx e os dos economistas clássicos, Adam Smith e David Ricardo, a partir de como constroem a noção de valor da mercadoria. O ponto principal da discussão aqui proposta é justamente entender porque eles não conseguem chegar a uma explicação que abarque as diversas manifestações do valor, deste modo, o problema dos conceitos fica evidente.

PALAVRAS-CHAVE: Abstrato, concreto, valor, mercadoria.

ABSTRACT: The problem is to identify why the categories of abstract and concrete in Marx are different categories of classical political economy. The text will seek to clarify the differences between the concepts of Marx and the classical economists Adam Smith and David Ricardo, from how to build the notion of value of the goods. The main point of discussion proposed here is exactly understand why they can not reach an explanation that encompasses the various manifestations of value, thus the problem of concepts is evident.

KEY-WORDS: Abstract, concrete, value, goods.

Observa-se que no pensamento de Marx os conceitos de *abstrato* e *concreto* não correspondem aos da ciência empírica dos economistas clássicos. O percurso que Marx faz para desvendar a realidade, ou seja, o modo de exposição de seu pen-

¹ Graduada em História pela Universidade Católica do Salvador (1998) e mestre em Filosofia Moderna e Contemporânea pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2010). Docente do Colegiado do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, campus de Foz do Iguçu.

samento parte de um concreto empírico, passa pelo *abstrato* e segue em direção ao *concreto pensado*. Entretanto o que para a Economia Política é o *concreto* para Marx é o *abstrato*, e o que é *abstrato* para a economia política clássica para Marx é o *concreto*.

Cabe também uma breve apresentação dos conceitos de *abstrato* e *concreto* em Hegel para melhor entender a inversão feita por Marx, pois é dele que extrai seu modo de exposição do pensamento. Para Hegel *abstrato* tem vários sentidos e sempre se refere à ausência ou carência de determinações. *Abstrato* pode ser o simples, ou seja, aquilo que não é composto de partes e, portanto não é uma coisa complexa; é o imediato pois é aquilo que vem primeiro à consciência; é a certeza sensível, ou seja, a certeza dos sentidos; é aquilo que não é mediato, pois um mediato já é uma segunda coisa diferente. *Abstrato* pode ser o primeiro, o mesmo que imediato – imediato se contrapõe a mediato (mediado por alguma segunda coisa). Pode ser o falso, exatamente porque é simples e imediato, porque não foi ainda pensado pelo pensamento, mas permaneceu como objeto da sensação, dos sentidos, da imaginação. Pode ser o aparente, superficial e exterior, onde a aparência exterior de um objeto é o primeiro aspecto percebido pela consciência – objeto aqui é todo objeto para a consciência: o mundo, a mercadoria, o dinheiro, o valor etc. Exterior pode ter duplo sentido: exterior no objeto e porque está fora do sujeito, porque é exterior ao sujeito, porque ainda não foi apropriado pelo pensamento. Exterior se opõe a interior: aquilo que se esconde por trás do exterior que se mostra aos sentidos e à certeza sensível. Neste caso, o interior, o *concreto* de um objeto só pode ser acessado pelo pensamento e não pelos sentidos, pois o interior é invisível aos sentidos. É esse interior que se precisa alcançar a partir da elaboração do pensamento, ele é o *concreto* só conhecido pelo pensamento e não pelos sentidos. O *concreto* é o oposto do *abstrato*. Em Hegel e Marx o movimento do pensamento vai do *abstrato* ao *concreto* e se processa por escalas progressivas de concretização. Entre o mais *abstrato* e o mais *concreto* (termo inicial e termo final) há uma série de conceitos mais ou menos abstratos ligando os dois pontos extremos; são as mediações. Esse método permitiu a Marx ter uma visão mais profunda e abrangente em relação aos economistas clássicos.

Marx percebe o caráter dualista da mercadoria, sobre a

forma de como se apresenta aos olhos do homem comum, que não corresponde à realidade concreta. Procura mostrar que o que se vê é apenas uma aparência, uma forma, é o *abstrato* da mercadoria, ou seja, é uma aparência criada pelo trabalho humano. Pois o trabalho humano transforma o valor de uso (*concreto*) em valor (*abstrato*), a matéria em mercadoria, dando à matéria uma forma ideal, uma aparência com determinado valor. Primeiro tem-se a matéria com seu valor de uso e segundo, após o trabalho humano, tem-se a forma ideal, com seu valor de troca. Nesse processo há uma relação dialética onde a mercadoria é um conteúdo representado, não sendo um conteúdo em si, a sua forma é uma representação do conteúdo em si que está no valor de uso, na matéria. O valor se apresenta como uma contradição do valor de uso, ou seja, existe uma dualidade entre essência e forma. O *abstrato* tem como pressuposto o *concreto*, sendo a essência o fundante e a forma o fundado, isto é, o conteúdo material (*concreto*) possibilita a criação da forma, aparência (*abstrato*) que acaba por negar a própria essência (*concreto*). Assim o que é percebido pelo homem comum, não passa de mera aparência.

O *concreto* para Marx é pensado, ou seja, o *concreto* existe como totalidade, como categoria acessada do pensamento. Demonstra que o processo do conhecimento da realidade caminha do *abstrato* ao *concreto*. O conceito de *concreto* em Marx pode ser entendido a partir do seu modo de exposição baseado na dialética de Hegel. Para Marx o *concreto* é o *valor*, que pode ser compreendido como o *devir* em Hegel, em virtude do *valor* estar sempre em movimento e em constante mutação. Deste modo, tanto o *devir* como o *valor* são uma unidade contraditória, porque o *valor* elimina e conserva a oposição valor de uso e valor de troca e somente com o pensamento é possível alcançar o real, o *concreto*.

Marx direciona sua crítica aos conceitos de *abstrato* e *concreto*, na Economia Política Clássica e procura esclarecer o problema da inversão dos conceitos entre ele e os economistas. Inversão essa atribuída ao olhar muitas vezes puramente empírico com o qual os economistas observam a sociedade, para Marx, um olhar do homem comum.

Marx crítica o método utilizado pelos economistas clássicos porque eles começam "... sempre pelo todo vivo: a população, a nação [...] mas terminam sempre por descobrir, por meio

da análise certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc.” (MARX, 1996 : 39). Esse é o método utilizado pelos economistas e considerado por eles como cientificamente exato, o qual, parte sempre do aparentemente *concreto* em direção ao *abstrato* (BENOIT, 2003 : 9). Quer dizer, partem da experiência dos sentidos em direção à experiência cognitiva da elaboração do pensamento. Esse caminho trilhado pelas ciências empíricas em geral utiliza a experiência dos sentidos, a observação dos fatos, para fundamentar suas afirmações.

Marx faz em *O Capital* o caminho inverso dos economistas, em vez de partir do particular, parte do geral para uma filosofia da prática, procura com isso dar vida à matéria, ao particular, ao singular. Parte do mais *abstrato* em direção ao mais *concreto*, esse é o modo de exposição do seu pensamento. Nesse caso pode-se dizer que o mais *abstrato* corresponde às elaborações mentais, às ilusões provenientes da experiência sensível. E, o mais *concreto* se relaciona com o mundo real, ou seja, tem correspondência com a totalidade e a síntese das muitas particularidades. O problema aqui é que para Marx, a experiência dos sentidos não é suficiente para a apreensão do mundo real, pois ela é enganosa, ilusória, aparente e superficial. Assim, Marx considera a abordagem empírico-indutiva uma perspectiva do olhar do senso comum, ou seja, do olhar do homem comum.

Adam Smith e David Ricardo foram os escolhidos para contrapor os conceitos em Marx porque eles fizeram um grande progresso na história do pensamento econômico e é deles que Marx tira seu ponto de partida, porque conseguiram ir muito mais além que os economistas da sua época.

Adam Smith (1996 : 65) em seu clássico *A Riqueza das Nações* entende que o aprimoramento das forças produtivas do trabalho, responsável pela produção de riquezas, parece ter sido resultado da divisão do trabalho, por isso Smith começa sua exposição pela divisão social do trabalho procurando explicar a evolução de uma nação em relação à outra e de um setor em relação ao outro. Enxerga a possibilidade da divisão do trabalho ter contribuído na diferenciação das ocupações e empregos e que também teve como consequência o aprimoramento das forças produtivas, e indica o estágio de evolução de uma sociedade (SMITH, 1996 : 66).

Smith destaca a importância do trabalho como medida do valor e do preço das mercadorias, o qual compõe o valor de troca das mesmas. Refere-se à quantidade de trabalho contida numa mercadoria da posição de quem vai ao mercado adquirir algo. Neste caso, o valor da mercadoria, levada ao mercado para ser trocada por outra, significa a quantidade de trabalho necessário para comprar outras mercadorias. Assim, a medida do valor é o trabalho, ou melhor, a quantidade de trabalho contida numa mercadoria, mais especificamente significa a quantidade de trabalho que ela é capaz de comprar (SMITH, 1996 : 87).

Deste modo, o mercado é um espaço para a troca de equivalentes, onde se troca quantidades iguais de trabalhos diferenciados. Assim o trabalho torna-se a medida de todas as mercadorias, o comprador de toda a riqueza do mundo, e ainda mais, criador de riqueza porque constitui riqueza em si. O trabalho foi a primeira medida de valor e a moeda de troca paga a todas as coisas, toda a riqueza do mundo foi comprada pelo trabalho, e essa riqueza é igual à quantidade de trabalho que pode comprar (SMITH, 1996 : 87 E 88).

Riqueza então é poder, poder é poder de compra, e poder de compra é poder de comprar trabalho. “O valor de troca de cada coisa será sempre exatamente igual à extensão desse poder [de comprar trabalho alheio ou produto do trabalho alheio] que essa coisa traz para o seu proprietário” (SMITH, 1996 : 88).

O problema está em medir a capacidade de comprar trabalho, e para isso é preciso não só medir a quantidade de trabalho contido nas mercadorias, mas o valor do trabalho no mercado. Essa dificuldade permanece ao longo do texto, e Smith recorre às diversas variáveis do mercado, como dinheiro, ouro, lucro e renda da terra, para explicar a variação do valor do trabalho, mas não consegue esclarecer o que determina o valor das mercadorias.

A explicação dada por David Ricardo ao valor de troca da mercadoria parece ser um pouco mais clara que a de Smith. Ricardo começa a sua obra, *Princípios de Economia Política e Tributação* dizendo que o valor de uma mercadoria depende da quantidade de trabalho necessário para a sua produção, e não do maior ou menor valor pago por este trabalho (RICARDO, 1996 : 23). Inicia sua exposição partindo das descobertas de

Smith e tentando corrigir as contradições encontradas no mesmo.

Estuda e analisa as leis que regulam o valor de troca das mercadorias em que a quantidade de trabalho humano determina a sua produção, ou seja, às que dependem exclusivamente do trabalho para o aumento ou diminuição de sua produção e àquelas em que a produção obedece às regras da concorrência sem interferência externa. Ricardo deixa claro o seu objeto de estudo, delimitando que categoria de mercadorias irá estudar. Com essa delimitação ele elimina variáveis que possam interferir no valor da mercadoria que não sejam o trabalho.

Concorda com Smith sobre as etapas primitivas da sociedade, momento em que o valor depende "... quase exclusivamente da quantidade de trabalho empregada a cada uma" (RICARDO, 1996 : 24), ou seja, a cada mercadoria. Considera essa "... doutrina de extrema importância na Economia Política; pois em nenhuma outra fonte brotam tantos erros nem tanta diferença de opinião [...] quanto das idéias confusas que estão associadas à palavra valor" (RICARDO, 1996 : 25). Reconhece o avanço de Smith mediante a dificuldade e obscuridade de entender esse tema tão complexo que deriva tantas argumentações e tantas variáveis, o qual consegue uma explicação muito mais clara que as anteriores que é a doutrina do trabalho como regulador do valor da mercadoria.

Ricardo critica Smith por não determinar o trabalho como medida-padrão sempre, ou seja, em qualquer estágio de desenvolvimento social, e sim por buscar esse padrão em uma outra mercadoria. Para essa medida-padrão Smith escolhe uma mercadoria que sofra a menor variação de preço possível, e faz isso porque não consegue determinar o valor do trabalho, e como consequência abandona o trabalho como fonte do valor e parte para o âmbito do mercado para explicar o valor da mercadoria (RICARDO, 1996 : 25).

O problema ocorre, segundo Ricardo, quando Smith ao usar como referência na determinação do valor, o trabalho, usa em vez de trabalho contido, trabalho comandado. Nesse caso, refere-se à capacidade que uma mercadoria tem de comprar trabalho, e não à quantidade de trabalho contido na mesma. Ao fazer essa transferência Smith leva à crença de que os dois são equivalentes.

A transferência do conceito de trabalho contido para trabalho comandado insere outra variável na determinação do valor, que é o valor do trabalho pago em salário, sai do valor do trabalho puro e entra no valor de mercado do trabalho, sai do valor puro para a sua forma representada que é a forma salário, sai da interioridade do valor e pula para a sua exterioridade, sai da essência e vai para a aparência.

O trabalho contido é uma medida invariável na determinação do valor de uma mercadoria, porém o trabalho comandado não, pois sofre variações do mercado e das mercadorias que deseja comprar, portanto, assim como o próprio Smith argumenta, uma medida variável e flutuante, não é a melhor para determinar o valor de uma outra que é variável também. Ricardo alerta que o trabalho contido é invariável e o comandado variável, e quando Smith considera ambos como equivalentes comete um engano, e o que é ainda mais problemático é dar enfoque ao trabalho comandado e não ao trabalho contido. Assim, seguindo a concepção de Ricardo, Smith opta em estudar o trabalho pela ótica do mercado, e vai buscar uma outra mercadoria de valor menos variável para por comparação, determinar o valor das outras mercadorias.

Assim, para Ricardo (1996 : 26), sendo o trabalho uma mercadoria, sofre a influência de variações do mercado como qualquer outra, não estando isento das demandas de oferta e procura, e da influência que a variação dos preços das outras mercadorias exerce sobre ele. Ou seja, se os salários pagos aos trabalhadores devem atender a demanda da subsistência, por exemplo, a variação dos preços dos alimentos e dos artigos de primeira necessidade interfere no valor dos salários. Demonstra que desta forma não é possível se chegar a uma determinação clara do valor da mercadoria.

Ricardo (1996:27) enxuga o excesso de variáveis de Smith, descarta a medida do valor dada pelo valor dos salários pagos ao trabalhador, deixando de lado a variável do salário. Procura corrigir o erro de Smith indicando que o valor da mercadoria é medido pelo valor do trabalho, mas não em relação ao que o trabalhador recebe em forma de salário, mas em relação com a capacidade produtiva do mesmo, ou seja, em relação à quantidade comparativa de mercadorias produzidas pelo trabalhador.

Outro fator que interfere no valor da mercadoria e que

Ricardo concorda com Smith é que “o trabalho gasto em implementos, ferramentas e edifícios que contribuem para sua execução” (RICARDO, 1996 : 30), ou seja, todos os materiais e instrumentos direta ou indiretamente envolvidos no processo produtivo, que de alguma forma contribuem com o mesmo, têm os seus custos e desgastes incluídos no valor final da mercadoria. Nesse trecho Ricardo refere-se ao trabalho gasto, sendo assim, a idéia do trabalho como medida do valor se reforça.

Toda e qualquer alteração no trabalho ligado à produção da mercadoria interfere no seu valor, porém, o trabalho indireto tem um impacto menor do que o trabalho ligado diretamente à produção. Refere-se não somente ao trabalho ligado diretamente ao seu processo produtivo, mas a todo capital anteriormente necessário e investido para que a sua produção se concretize. Esse capital está dividido em fixo e circulante, onde no fixo se encontram os bens duráveis, como máquinas, edificações e ferramentas, e no circulante a matéria-prima e os salários.

Ao adicionar variáveis muito complexas à regulação do valor relativo (troca) das mercadorias, como a maquinaria e outros capitais fixos e duráveis, Ricardo assim como Smith se perde ainda no início de sua exposição. O grande problema é que tanto Ricardo como Smith não conseguem abstrair, separar as categorias para estudá-las, eles tentaram explicar a sociedade capitalista como ela é dada imediatamente aos sentidos, ainda cheia de determinações e complexidades. Deste modo, a exposição fica confusa e incompleta.

Ricardo avança um pouco mais que Smith, pois sua exposição se faz dentro do processo produtivo, escreve de dentro da produção, refere-se não a trabalho comandado como faz Smith e sim de trabalho empregado na produção. Smith tem o olhar de quem compra trabalho, expõe a capacidade de comprar trabalho e Ricardo expõe olhando o processo produtivo.

Ricardo faz mais abstrações que Smith quando desconsidera a variável do salário na composição do valor de troca da mercadoria, com isso ele avança um pouco mais. Deixa claro que o valor da mercadoria se dá pela quantidade de trabalho nela contido, que a variação entre os salários pagos não é a causa da variação do valor da mercadoria, e que o valor da mercadoria se dá pelo total dos trabalhos contidos nela. Porém não consegue explicar porque o valor de troca (relativo) na

O ABSTRATO E O CONCRETO NA NOÇÃO DE VALOR EM MARX, SMITH E RICARDO

maioria das vezes não corresponde ao valor real (natural) da mercadoria. O valor de troca da mercadoria, esse sim, para Ricardo, sofre a influência das “variações relativas provocadas por aumentos ou quedas de salários, segundo as diferentes proporções de capital fixo necessárias não só para produzi-la, como para produzir as demais mercadorias” (RICARDO, 1996 : 44). Nesse momento de sua exposição, Ricardo considera muitas variáveis na determinação do valor de troca, e não mais avança com o método de abstração. A partir daí sua exposição se torna confusa e Ricardo admite também que não consegue precisar o que determina o valor de troca de uma mercadoria.

Marx consegue avançar mais que Smith e Ricardo, partindo das idéias lançadas por eles. Para se entender o conceito de valor em Marx, é preciso passar pelo conceito de valor de uso e valor de troca lançado por Smith, pois para Marx (1988 : 168) é justamente no valor de troca que encontramos o valor da mercadoria, ou seja, para termos o conceito de valor é preciso compreender o valor de troca, entendendo-o em suas relações.

A mercadoria necessariamente possui valor de uso, porém somente com valor de uso, a coisa em si ainda não é uma mercadoria. Quem tem valor é a mercadoria, agora o que se precisa saber é como a coisa em si se transforma numa mercadoria. O valor de uso não é um valor, pois não pode ser medido pelo trabalho humano, é o trabalho humano que compõe o valor, enquanto a coisa em si não tiver uma dada quantidade de trabalho humano, ela não se constitui ainda uma mercadoria e desta forma não possui valor. Aqui se começa a ver a transição do valor de uso para o valor de troca e a construção do valor da mercadoria. Temos uma mercadoria quando um dado valor de uso é transferido a partir da troca de uma pessoa para a outra, quando esse valor de uso é trocado no mercado, a coisa em si se torna mercadoria. O que leva o valor de uso para o mercado é o trabalho humano, o homem transforma a coisa em si em uma mercadoria e a leva para a troca no mercado. O que determina o valor da mesma é a quantidade de trabalho humano necessário para disponibilizar a coisa como mercadoria, ou seja, colocá-la como algo que pode ser trocado.

O que compõe a mercadoria, o que agrega valor a ela, é justamente o trabalho humano, assim sai-se da condição de

coisa em si, para a de mercadoria. O valor é dado pelo *quantum* de trabalho humano que aquela mercadoria representa, ou seja, a quantidade de trabalho humano que ela possui, o quanto ela, para chegar naquele estágio desprende de energia, suor, neurônios, esforço do homem, que transformou um valor de uso em um valor de troca. Esse trabalho humano agrega valor à coisa em si, transformando-a em mercadoria.

A mercadoria tem embutida em si tanto o valor de uso, no sentido de ela ter uma utilidade para quem a adquire, quanto valor de troca que é dado socialmente nas relações de troca. Já o valor é uma categoria genérica, pois não importa a qualidade da mercadoria em si, todas as mercadorias podem se igualar pelo valor, ou seja, podem possuir um mesmo valor determinado pela quantidade de trabalho humano nelas despendido. As mercadorias podem possuir forma e conteúdo diferentes, porém o mesmo valor que é determinado pelo *quantum* de trabalho que ela possui.

O valor da mercadoria é dado pelo dispêndio de trabalho humano nela contido, pouco importa nesse momento a forma, a utilidade, o produto em si. O trabalho humano, ou trabalho médio simples, é definido por Marx como dispêndio de uma força de trabalho simples que em média qualquer pessoa tem capacidade de executar. Existe também o trabalho mais complexo que, segundo Marx, é o trabalho simples potencializado, multiplicado, desta forma “um pequeno quantum de trabalho complexo é igual a um grande quantum de trabalho simples” (MARX, 1988 : 173), assim, em relação ao trabalho simples, o trabalho complexo em menos tempo produz muito mais.

O trabalho também é visto por Marx como algo dual, por possuir uma dualidade, o trabalho é *abstrato* e *concreto* ao mesmo tempo, depende do ângulo ao qual o enxergamos. Ele é *abstrato* quando separado da atividade em si, considerado como um todo que acontece em qualquer atividade produtiva, ou seja, todo esforço feito pelo homem para desempenhar uma determinada atividade, o desgaste de energia do corpo humano, o dispêndio de força de trabalho humano no sentido fisiológico. Esse é o aspecto *abstrato* do trabalho, e nesse ponto todos os trabalhos se igualam. Já o trabalho *concreto* é a atividade em si, ou seja, a qualidade do trabalho útil, como por exemplo, a tecelagem e a alfaiataria, nesse caso, as atividades

se diferenciam e percebe-se o trabalho como diferente um do outro, esse é o aspecto *concreto* do trabalho humano.

O valor de troca distorce a realidade, distorce o valor, e é justamente a forma como o homem comum percebe a realidade, toma como real o que na verdade é uma distorção. Essa forma aparente, distorcida, invertida, abstrata, mágica é o que Marx chama de fetiche. Ela é dada pelo valor de troca, pelo quantum de trabalho abstrato nela contido.

No mercado o produto ganha vida autônoma regulada pela lei do valor, a partir do momento que ele se separa do produtor. A lei do valor é dada socialmente através da média dos trabalhos abstratos, essa noção de trabalho abstrato rompe o particularismo, generaliza, faz o esvaziamento da vida humana, torna o sujeito também abstrato, genérico, assim, o indivíduo perde a sua identidade e vê o mundo distorcido e invertido. O que é dado socialmente é visto então como um sujeito independente e autônomo, cria-se toda uma atmosfera mística em cima do mercado, da lei do valor, e não se enxerga que essa é uma realidade meramente objetiva, fruto das relações sociais, em que o valor de troca é dado pela média dos trabalhos abstratos e não concretos. Assim, Marx consegue explicar de forma mais clara a diferença entre valor e valor de troca.

REFERÊNCIAS

BENOIT, Hector. *“Da lógica com um grande “L” à lógica de O Capital”*. In: **Marxismo e Ciências Humanas**. São Paulo : FAPESP/Cemarx, IFCH-UNICAMP, 2003.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro, vol. I, Tomo I, 3ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1988. *Coleção Os Economistas*.

_____. **Para a crítica da economia política**. São Paulo, Abril Cultural, 1996. *Coleção Os Pensadores*.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. V. 1, São Paulo, Nova Cultural, 1996. *Coleção Os Economistas*.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo, Nova Cultural, 1996. *Coleção Os Economistas*.